



Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

SEMINÁRIO ESTADUAL DE SANEAMENTO E SAÚDE

Gestão Estadual de Resíduos Sólidos

Campo Grande
02 de Junho de 2016

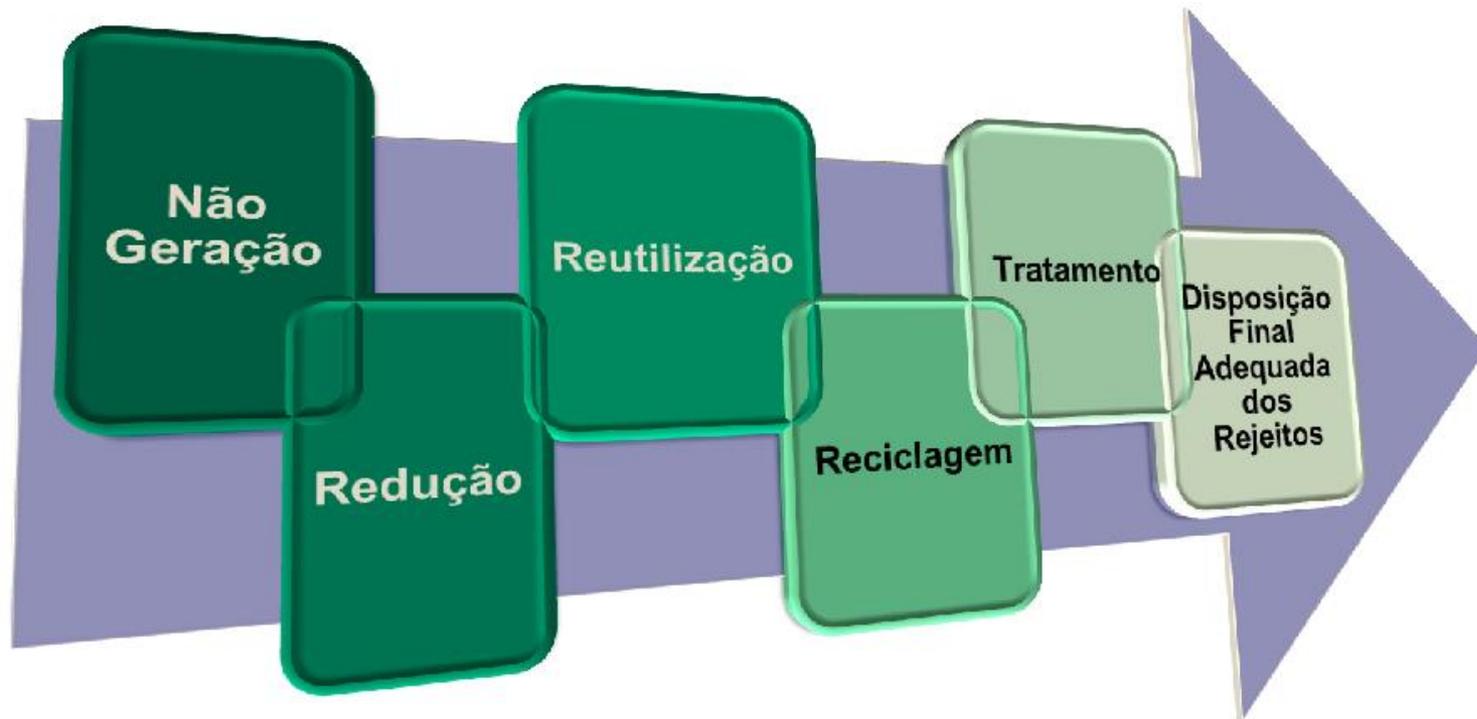


SEMADE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Econômico



Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010

DIRETRIZES



Política Nacional de Resíduos Sólidos

Lei nº 12.305/2010

APECTOS RELEVANTES

- ✓ Obrigatoriedade de encerrar os lixões, inicialmente até 2014, porém, novos prazos estão em discussão no Congresso Nacional.
- ✓ Valorização dos catadores e incentivo à formação de cooperativas.
- ✓ Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- ✓ Obrigatoriedade de elaboração de planos de resíduos sólidos.

Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PLANOS ESTADUAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Planos Microrregio-
nais e de Regiões
Metropolitanas

Planos
Intermunicipais

Planos
Municipais

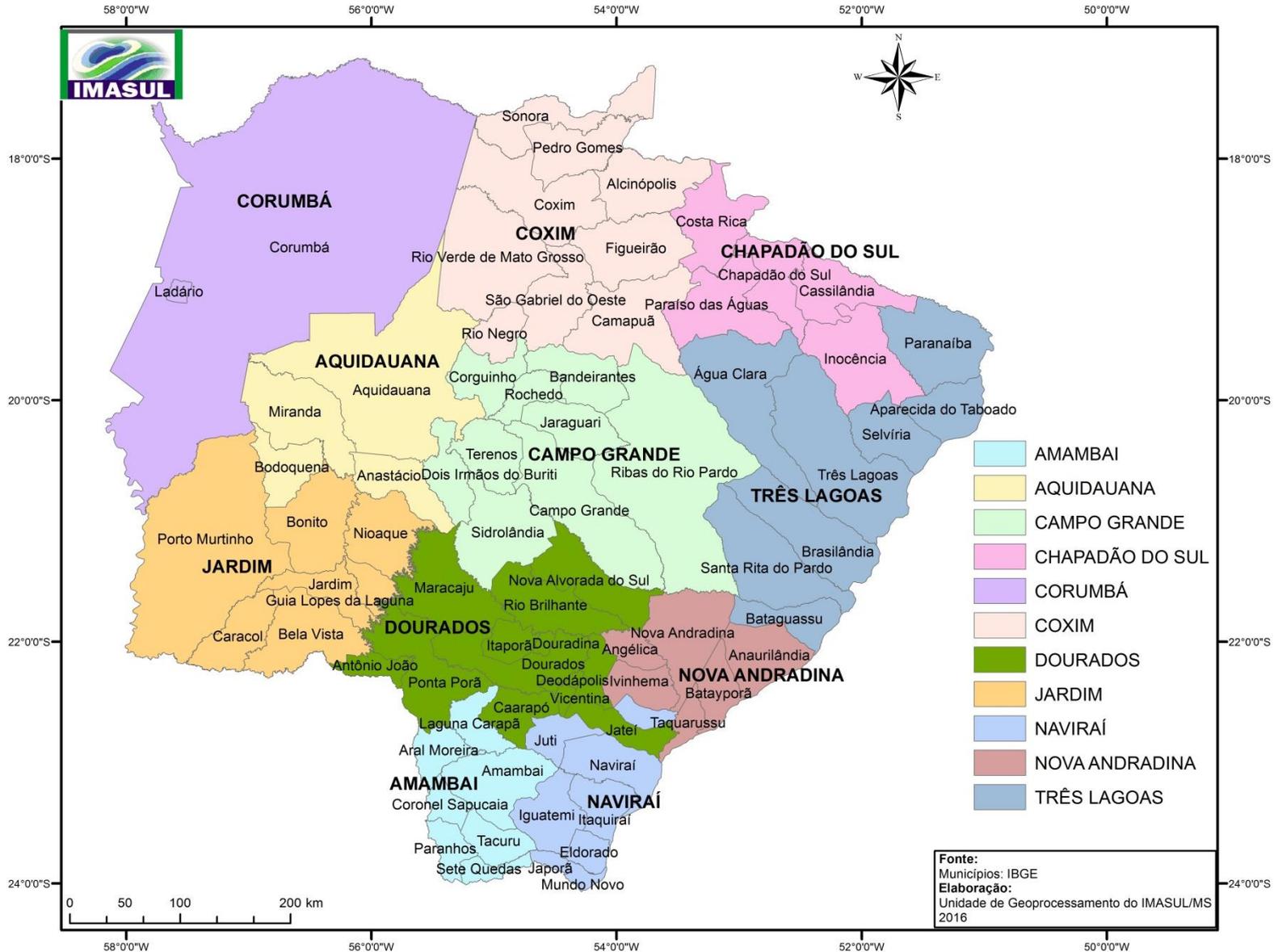
Planos de Gerenciamento de
Resíduos Sólidos

Plano Estadual de Resíduos Sólidos em fase de elaboração

ASPECTOS RELEVANTES

- ✓ Os estudos para o diagnóstico foram realizados em 2014.
- ✓ O Estado foi dividido em 09 regiões pólos para a gestão dos resíduos sólidos.
- ✓ O Plano propõe 11 arranjos intermunicipais para consorciamento de aterros sanitários.

PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS ARRANJOS INTERMUNICIPAIS PROPOSTOS



Plano Estadual de Resíduos Sólidos em fase de elaboração

ETAPAS A SEREM CONCLUÍDAS

- ✓ Consolidação dos produtos para a versão preliminar (Julho/2016).
- ✓ Realização de 09 oficinas de validação da versão preliminar (Agosto/2016).
- ✓ Consolidação das contribuições das oficinas para a versão final (Setembro/2016).
- ✓ Publicação e lançamento do Plano (Novembro/2016).

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Resolução Semade nº 09 de 13/05/2015

*ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS
PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL*

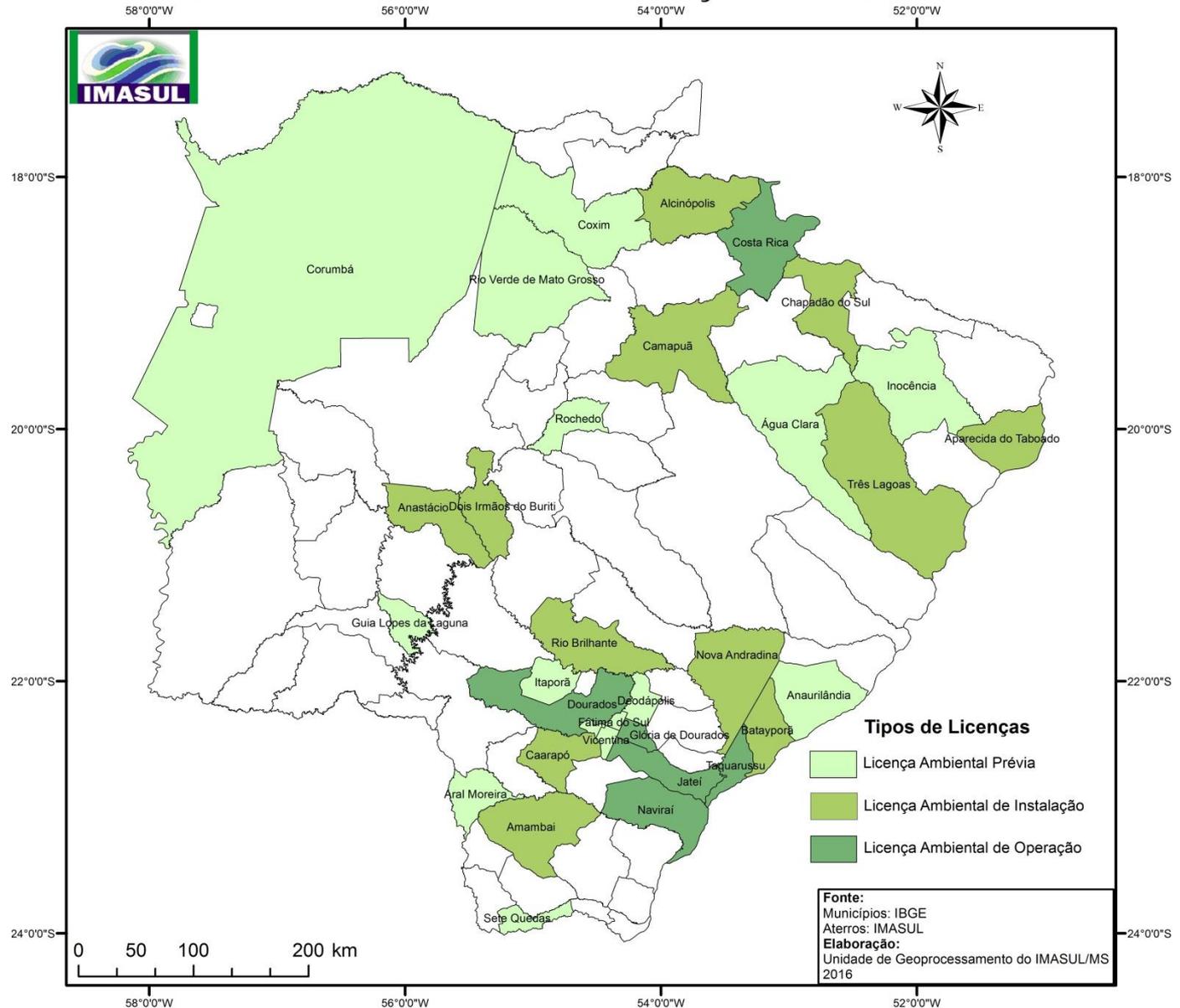
- ✓ Sistemas de disposição final de resíduos sólidos.
- ✓ Sistemas de tratamento de resíduos sólidos.
- ✓ Atividades de armazenagem de resíduos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATERROS SANITÁRIOS URBANOS DOMICILIARES

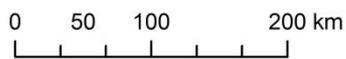
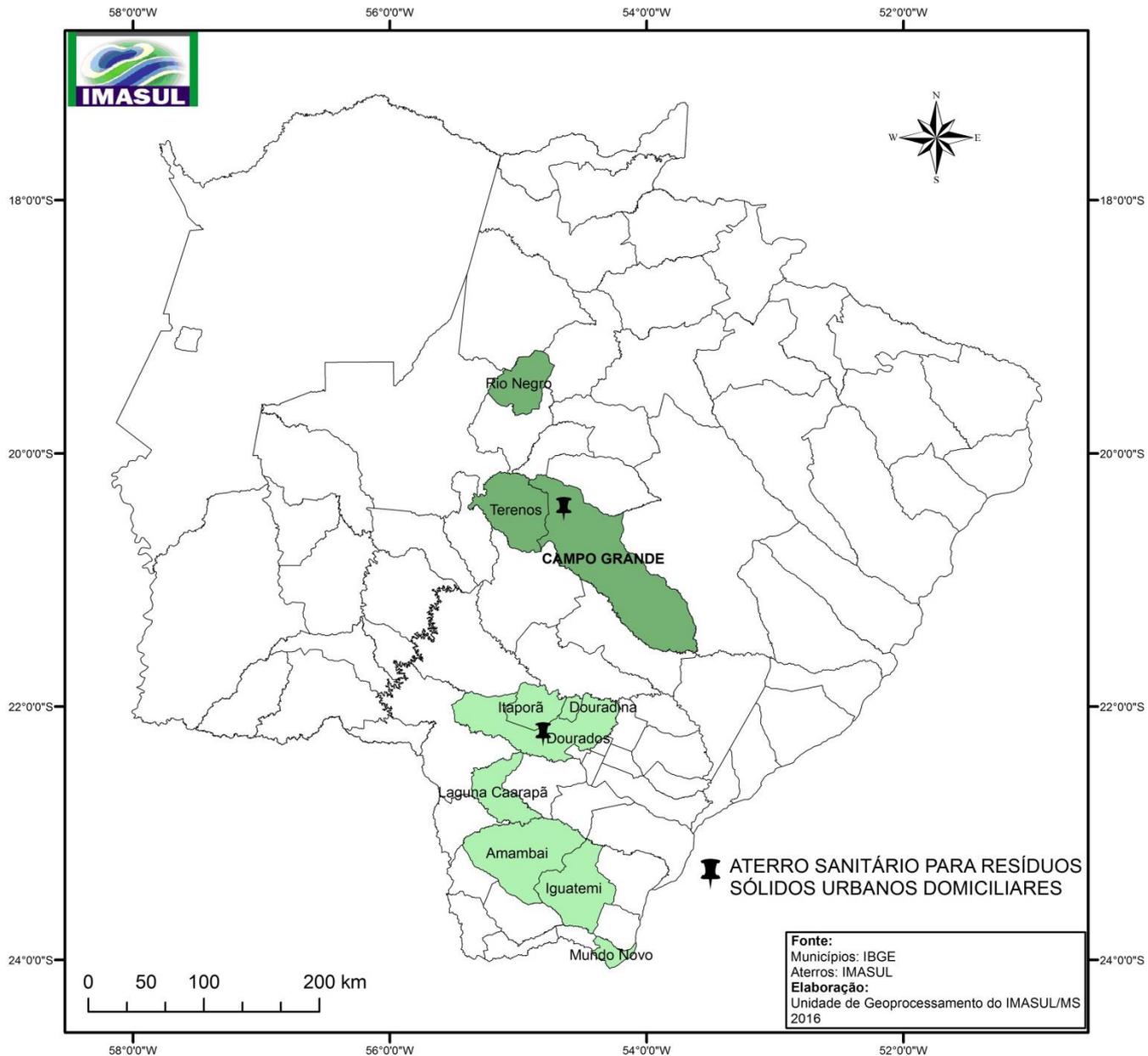
FASES DE LICENCIAMENTO

Aterros	LP	LI	LO
<i>Municipais</i>	14	12	06
<i>Intermunicipais</i>	0	02	02

ATERROS SANITÁRIOS MUNICIPAIS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES - LICENÇAS AMBIENTAIS



ATERROS INTERMUNICIPAIS



ICMS ECOLÓGICO

Lei Estadual nº 4.219 de 11/07/2012

Estabelece que 3/10 (três décimos) do ICMS Ecológico serão destinados ao rateio entre os municípios que possuam:



Plano de gestão de resíduos sólidos

Sistema de coleta seletiva

Disposição final de resíduos sólidos devidamente licenciada

ICMS ECOLÓGICO

Decreto Estadual nº 14.366 de 29/12/2015

Cria o Programa Estadual do ICMS Ecológico e estabelece diretrizes para o rateio, tendo como objetivo:



Melhorar a gestão dos resíduos sólidos

Implantar e manter um cadastro estadual de gestão de resíduos sólidos

Promover a justiça fiscal por meio de definição de critérios e procedimentos de caráter qualitativo e quantitativo

ICMS Ecológico

Resolução Semade nº 22 de 30/12/2015

PARÂMETROS DE ANÁLISE

- ✓ Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: avaliação de conteúdo e de ações executadas.
- ✓ Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos **domiciliares**: avaliação das licenças ambientais e dos contratos pertinentes.
- ✓ Coleta seletiva: avaliação de conteúdo dos programas, de ações de inclusão social e de volume de materiais recicláveis coletados.

ICMS Ecológico Componente Resíduos Sólidos

47 municípios requereram a participação na alíquota de distribuição e **44** processos foram formalizados



36 municípios foram pontuados em um ou mais parâmetros

8 municípios tiveram o requerimento indeferido na totalidade dos parâmetros

ICMS Ecológico

Componente Resíduos sólidos

RESULTADOS DO ÍNDICE PROVISÓRIO

Parâmetro	Nº de municípios pontuados
<i>Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos</i>	32
<i>Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares</i>	09
<i>Coleta seletiva</i>	20

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA

Resolução Semade nº 33 de 17/05/2016

Estabelece as diretrizes e procedimentos para análise e aprovação das propostas dos Sistemas de Logística Reversa



Convoca as empresas que realizam a fabricação, importação, distribuição e comercialização de produtos e embalagens relacionadas no Edital

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA

Resolução Semade nº 33 de 17/05/2016

Produtos que, após consumo, resultam em resíduos considerados de significativo impacto ambiental

- ✓ Óleos lubrificantes
- ✓ Pilhas e baterias
- ✓ Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista
- ✓ Pneus
- ✓ Produtos eletroeletrônicos e seus componentes

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA

Resolução Semade nº 33 de 17/05/2016

Embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, de produtos que após consumo, serão considerados de significativo impacto ambiental

- ✓ Agrotóxicos
- ✓ Alimentos
- ✓ Bebidas
- ✓ Produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos
- ✓ Produtos de limpeza e afins
- ✓ Óleo lubrificante automotivo

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA

Resolução Semade nº 33 de 17/05/2016

PROCEDIMENTOS E PRAZOS

- ✓ **120 dias** para as empresas protocolarem o **Termo de Adesão**.
- ✓ **Até um ano** para as empresas apresentarem a **proposta de Sistema de Logística Reversa**.
- ✓ **Até 180 dias** para o Imasul **avaliar a proposta**.
- ✓ Celebração do **Termo de Compromisso** após deferimento da proposta.

*“Sonharmos com um mundo
sem rejeitos
pode parece uma utopia...
mas se o for...
será, então...
uma fantástica utopia!!”*

MUITO OBRIGADA!

Thais Barbosa Azambuja Caramori
DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO

Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro de Barros
GERENTE DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Alyne Alves Lessa
**CHEFE DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E PROJETOS
em substituição**

Equipe Técnica

Marielly Mattoso Chimenes
Patrícia Staszuk Corsini

gdm@imasul.ms.gov.br

(67) 3318-5630 /3318-5638 /3318-5675

